



EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE: DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO EM LÍNGUA MATERNA

INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION AND BILINGUAL TEACHING MATERIALS: CHALLENGES AND REFLECTIONS ON PRODUCTION IN THE MOTHER TONGUE

Francisca Martim CAVALCANTE¹
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
E-mail: franciskavalcante@hotmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5405-589X>

Danielle Mastelari LEVORATO²
Universidade Federal do Norte do Tocantins
E-mail: daniellemastelari@hotmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1995-1490>

Francisco Edviges ALBUQUERQUE³
Universidade Federal do Norte do Tocantins
E-mail: fedviges@uol.com.br
ORCID: <http://orcid.org/0009-0006-3618-2258>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender como a produção de material didático em língua materna contribui para a manutenção da língua e da cultura indígena. Desse modo, procura descrever os aspectos, abordagens e a potencialidade do uso do material didático em língua materna na escola indígena, como instrumento de preservação da língua sob uma perspectiva intercultural e bilíngue, considerando

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (2014) e mestrado em Ensino de Língua e Literatura pela UFT (2018). Tem experiência na área de Letras. É membro do Grupo de Pesquisa Etnolinguístico e Cultural na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT) da UFNT.

² Professora do Colegiado de Letras da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLIT/UFNT) Mestre em Direito. Graduada em Direito. Pesquisadora do LALI - Laboratório de Línguas Indígenas da UFNT e do NEPPI-Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

³ Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Pós-doutorado em Linguística (UnB). Doutorado em Letras (UFF). Atualmente é membro Titular do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Estado do Tocantins, representando a Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT. Membro do Comitê Municipal Consultivo de Assistência Emergencial, representando a UFNT. Coordenador do LALI - Laboratório de Línguas Indígenas da UFNT e do NEPPI-Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas.

os saberes e valores indígenas na produção de material didático. A pesquisa é do tipo descritiva, utilizando-se da análise de conteúdo e da observação bibliográfica. Para tanto, o levantamento bibliográfico deste trabalho baseia-se em pesquisas de Bravo (1981), Bardin (2009), de Fonseca (2002) e Krahô (2011). Para a fundamentação teórica, foram utilizados, dentre outros, autores como Graúna (2013), Ribeiro Apinajé (2021), além de Albuquerque e Testa (2021). Os resultados apontam que, mesmo diante da situação de conflito linguístico e intercultural em que se encontram, a comunidade indígena, de modo geral, tenta resistir às influências culturais e linguísticas exteriores, mantendo sua língua, suas atividades culturais e seus saberes tradicionais.

Palavras-chave: Ensino Bilíngue. Educação Escolar. Língua materna.

ABSTRACT

This paper aims to understand how the production of teaching material in the mother tongue contributes to the maintenance of the indigenous language and culture. In this way, it seeks to describe the aspects, approaches and potential of using teaching material in the mother tongue in indigenous schools, as an instrument for preserving the language from an intercultural and bilingual perspective, considering indigenous knowledge and values in the production of teaching material. The research is descriptive, using content analysis and bibliographic observation. To this end, the bibliographical survey of this work is based on research by Bravo (1981), Bardin (2009), Fonseca (2002) and Krahô (2011). For the theoretical foundation, authors such as Graúna (2013), Ribeiro Apinajé (2021), in addition to Albuquerque and Testa (2021) were used, among others. The results indicate that, even in the face of the situation of linguistic and intercultural conflict in which they find themselves, the indigenous community, in general, tries to resist external cultural and linguistic influences, maintaining their language, their cultural activities and their traditional knowledge.

Keywords: Bilingual Teaching. Schooling. Mother tongue.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca ressaltar a importância de pensar uma "pedagogia da diferença" e como a literatura e outras artes indígenas podem contribuir para a educação escolar indígena e não indígena em decorrência do valor desses conhecimentos e contextualização de conteúdo em sala de aula. São discutidos aspectos da língua, da educação escolar indígena e do bilinguismo, reforçando o papel da produção de material didático em prol da preservação das línguas minorizadas brasileiras.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender como a produção de material didático em língua materna contribui para a manutenção da língua e da cultura indígena. Os objetivos específicos incluem: identificar abordagens e a potencialidade do uso do material didático em língua materna na escola indígena; conhecer o uso do léxico como instrumento de preservação da língua sob uma perspectiva intercultural e bilíngue; analisar a importância do conhecimento, dos saberes e valores indígenas na produção de material didático.

A metodologia acionou procedimentos da pesquisa documental com base em Bravo (1991), Ferreira (2005) e Bardin (2009), partindo de uma pesquisa, descritiva, com abordagem qualitativa e método bibliográfico. O levantamento dos dados se desenvolveu em dois momentos, intercalando estudos teóricos e pesquisa bibliográfica. Esta última, que também se configura como parte crucial para o desenvolvimento deste trabalho se efetivou de forma rigorosa em três fases. Primeira fase: levantamento da literatura. Segunda fase: exploração do Material – etapa que corresponde leitura e descrição. Terceira fase: tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Nesta pesquisa, também se observa a relação do bilinguismo com a postura de resistência e manutenção da língua nos domínios da comunidade indígena, ressaltando alguns pontos que contribuem para o enfraquecimento da língua materna. Destacam-se os materiais didáticos organizados pelo professor Dr. Francisco Edviges Albuquerque em consonância com o Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Escolar Indígena. Essas produções buscam contribuir com a política cultural de manutenção da língua indígena na comunidade e na escola indígena, pois, foram elaborados com o

propósito de auxiliar os professores a desenvolverem um trabalho diferenciado, específico e intercultural.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A educação escolar indígena surge inicialmente como educação catequizante em 1.549 com a chegada dos Jesuítas ao Brasil. No entanto, a última década de 1990 marcou a incorporação da obrigatoriedade da FUNAI em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em defesa de uma educação que considerasse as culturas, os saberes e as línguas específicas de cada povo. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 prevê em seus dispositivos que o Sistema Básico se fundamenta na Educação Bilíngue e Intercultural ancorado nos seguintes termos:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:
I) Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
II) Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (BRASIL, 1996, art. 78).

Para que entendamos a educação escolar indígena em suas múltiplas faces, é imprescindível considerar a diversidade cultural dos vários povos existentes no território nacional, levando-se em conta as suas particularidades. Guimarães (2012) afirma que a escola tem um papel fundamental na manutenção da língua e da cultura de um povo, uma vez que eles lutam por uma educação que contemple a sua realidade de vida na aldeia, sua ancestralidade e cultura.

É fundamental e necessário pensar a escola a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política, econômica, cultural e religiosa desses povos, uma vez que as culturas e as línguas indígenas são frutos da herança de gerações anteriores, mas estão sempre em eterna construção, reelaboração, criação e desenvolvimento. (Albuquerque, 2012, p. 18).

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a Secretaria de Educação do Tocantins (SEDUC-TO, 2018) normatiza que sejam ministradas aulas das disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Indígena, Arte e Educação Física, Matemática, Ciências, História, Geografia, Produção Textual, Ensino Religioso ou Aprofundamento de Leitura e Escrita

(ALE), Saberes Indígenas e o conteúdo relacionado à redação é ofertado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Indígena, além de serem ministradas aulas das demais disciplinas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Observa-se ainda que durante a primeira etapa do ensino fundamental as aulas são ministradas em língua materna e por professor indígena, preferencialmente, pertencente ao mesmo povo, dessa forma há um fortalecimento da língua indígena uma vez que, a criança até seus 10 anos de idade, exercita no ambiente escolar a sua língua. Somente na segunda etapa do ensino fundamental que o português é ofertado e as aulas passam a ser ministradas em Língua Português por professores indígenas do próprio povo e professores não indígenas.

No ensino médio indígena, conforme a estrutura curricular apontada pela SEDUC-TO (2018), constam as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Indígena, Arte, Educação Física, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, História e Saberes Indígenas, Língua Estrangeira Moderna – Inglês e ALE.

Arelada à educação escolar indígena, os povos originários continuam a repassar oralmente seus saberes tradicionais, adquiridos ao longo dos tempos, para as crianças e jovens, como forma de manter vivas suas línguas e suas culturas tradicionais e fortalecer a ancestralidade.

Nesse sentido, Hilário Krahô¹ (2011) explica que os povos indígenas possuem dois tipos de educação diferentes, sendo o primeiro deles a educação indígena propriamente dita que é conferida aos membros da comunidade pelos próprios indígenas, especialmente os mais velhos aos mais jovens nos momentos de convivência e no dia-a-dia e, o segundo, é a educação escolar indígena composto pela os saberes escolares que são transmitidos pelos professores dentro do ambiente escolar (Krahô, 2011).

As escolas indígenas enfrentam uma série de dificuldades no desenvolvimento de suas atividades, os quais vão desde os conflitos linguísticos e culturais provenientes do processo de contato com a sociedade não indígena, até a falta de material didático específico, em língua materna e, também, bilíngue, produzido dentro de critérios interculturais o que, segundo Krahô (2011), parece ser a maior dificuldade da educação escolar indígena; além de dificuldades quanto aos seus próprios calendários acadêmicos, tendo em vista que, muitas vezes, os calendários escolares precisam

respeitar as atividades do dia-a-dia da comunidade. Desta forma, é comum que em algumas escolas indígenas não ocorra aulas em determinados períodos como, por exemplo, durante a época dos plantios ou das colheitas em que todos os membros das aldeias se envolvem com o trabalho e as crianças acompanham seus pais nessas atividades que são específicas da educação indígena e não da educação escolar indígena (Krahô, 2011).

A estrutura curricular, conforme Abreu (2012), é muito importante no processo de construção de uma escola bilíngue e intercultural, como forma de unir os conhecimentos da sociedade majoritária com os conhecimentos e tradições dos povos indígenas. A Lei Estadual nº 2.139/09 prevê que o currículo das escolas indígenas do Estado do Tocantins considere os métodos próprios de aprendizagem dos povos indígenas, bem como seus processos de avaliação, “que utilizem material didático e atendam ao calendário escolar diferenciado e adequado às diversas comunidades indígenas”.

O corpo docente das escolas indígenas tem unido esforços no sentido de realizar práticas pedagógicas que valorizem e respeitem os modos de vida dos povos indígenas, os conhecimentos tradicionais e a cultura indígenas. Nesse sentido, de acordo com o Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (RCNEI), a educação escolar indígena é bilíngue/multilíngue porque “a reprodução sociocultural das sociedades indígenas é, na maioria dos casos, manifestada através do uso de mais de uma língua” (RCNEI, 1998, p. 25); específica e diferenciada, “porque concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares do povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena”.

ESCOLA BILÍNGUE

Na visão popular, ser bilíngue é o mesmo que ser capaz de falar duas línguas perfeitamente; esta é também a definição utilizada por Bloomfield (1935), que define bilinguismo como “o controle nativo de duas línguas”.

Entendemos, a grosso modo, que bilinguismo é a capacidade de fazer uso de duas línguas com fluência. Para Mesquita (2018), bilinguismo pode ser definido como

“um comportamento linguístico, psicológico e sociocultural complexo com aspectos multidimensionais”.

Assim, a definição mais comum de bilíngue é a do indivíduo que fala duas línguas:

[...] a educação bilíngue pode ser classificada em três diferentes programas. O primeiro deles é o programa compensatório em que a criança é instruída primeiramente na L1, visando sua melhor integração no contexto escolar. O segundo programa é o programa de enriquecimento, nele, de acordo com Cox e Assis- Peterson (2001), ambas as línguas são desenvolvidas desde a classe de alfabetização e são utilizadas como meio de instrução de conteúdo. O terceiro programa é quando a língua e a cultura das crianças pertencentes ao grupo minoritário são preservadas e aprimoradas (Megale, 2005, p. 08).

Megale (2005) corrobora que quando se discute educação bilíngue para crianças de grupos minorizados deve-se ressaltar que essas crianças frequentemente vêm de comunidades socialmente desprovidas, como acontece com os grupos indígenas no Brasil.

Conceituar o bilinguismo é uma tarefa complexa e pode envolver várias dimensões ao defini-lo, no entanto, pode-se afirmar que este se constitui no processo de aquisição de uma segunda língua. Levando em conta o fato de que ao adquirir uma segunda língua o sujeito não está apenas adquirindo, mas também participando de processos que envolvem uma cultura.

As línguas indígenas são geralmente consideradas como “gírias”, “dialetos ágrafos”, “sem gramática” e sem utilidade comunicativa fora das aldeias (RODRIGUES 1988, p. 106). Desse modo deve haver o uso de materiais em língua materna nas salas de aula dos povos indígenas visando o incentivo pelo gosto à língua materna para que ela não ceda espaço a um uso majoritário da segunda língua.

Dessa maneira, a aquisição da leitura e da escrita (alfabetização) por parte dos povos indígenas, surge em função da necessidade de se estabelecer formas de comunicação entre estes e a sociedade abrangente. Assim, o RCNEI orienta que:

[...] as escolas indígenas deverão principalmente respeitar os anseios dessas comunidades por uma educação que valorize suas práticas culturais e promova o conhecimento geral, lhes possibilitando a interação com outros grupos e sociedades, principalmente ao conhecimento da língua majoritária (RCNEI, 1998, p. 34).

Foi somente a partir da Constituição Federal (Brasil, 1988), que foi garantido aos povos indígenas o direito a uma educação de qualidade e diferenciada, que

respeitasse a diversidade linguística e cultural, proporcionando uma educação intercultural e bilíngue. Nesse sentido, o bilinguismo configura-se, portanto, como o reconhecimento da língua e da cultura indígena e, também, um incentivo à valorização e manutenção da língua indígena pela escola, como forma de fortalecimento da política linguística desses povos.

Desse modo, a escola indígena é um instrumento que proporciona a revitalização dos saberes e da ancestralidade que estão na memória de poucos idosos ainda vivos e, que são minoria nos mais diversos povos indígenas do Brasil. Sendo assim, a escola indígena também tem valor social por ser um instrumento de valorização cultural, que respeita as culturas nativas, mas que também promove a interação com a sociedade não indígena, no sentido de favorecer o uso da língua materna nas interações intragrupo e propiciar a aprendizagem do português como segunda língua para assegurar a equidade na interação entre os indígenas e os não indígenas.

Trata-se de um saber também intercultural de modo que se possa estabelecer um diálogo entre as diferentes culturas sem hierarquização cultural, promovendo, portanto, a educação intercultural, uma vez que, a escola necessita de meios para esse fim, no sentido de procurar mecanismos que possibilitem e contribuam para a realização dos objetivos escolar em lidar com as diferenças existentes no âmbito da escola bilíngue.

Assim, busca-se um caminho para o reconhecimento das diferenças culturais existentes e da importância de se gerar modelos educativos e práticas pedagógicas que possam satisfazer as necessidades básicas de educação escolar indígena bilíngue e intercultural na perspectiva de fortalecer e manter vivas as diversas línguas indígenas dos povos indígenas do Brasil que contribuem para a manutenção de suas tradições e das suas lutas constantemente para preservação cultural das comunidades.

A POESIA INDÍGENA COMO MATERIAL DIDÁTICO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA BILÍNGUE

Observando o texto “Poesia Indígena: etnopoésia Apinayé” (Testa, Albuquerque e Ribeiro Apinajé, 2021) constata-se a noção da persistência de uma luta que tem sido travada todos os dias a 500 anos.

É intrigante que, após o enorme avanço social, político e, principalmente, tecnológico, a humanidade ainda não consiga reconhecer os povos minoritários como protagonistas das suas próprias histórias com respeito a diversidade cultural sempre os colocando como coadjuvantes que precisam ser tutelados como incapazes conferindo-lhes a necessidade de embrenharem uma luta infinita por respeito e pelo reconhecimento de seu lugar no mundo e a afirmação de sua identidade.

A produção literária indígena é, inegavelmente, posta de lado, discriminada, e rotulada como subliteratura pela crítica eurocêntrica porque, apesar dos avanços, tanto na realidade quanto na literatura o indígena ainda carrega o estereótipo do "nu com arco e flecha na mão", da mesma maneira em que foram retratados nos primeiros romances de autores como José de Alencar, Basílio da Gama, Gonçalves Dias, especialmente os poetas, que romantizaram todo o processo de colonização e de dominação, não só territorial como cultural onde as relações de contato, segundo Almeida (2010) eram "vistas como relações de dominação/submissão, na qual uma cultura se impunha sobre a outra, anulando-a" (Almeida, 2010, p. 16).

Na verdade, as ações embrenhadas pela indústria da colonização portuguesa foram sempre no sentido de escravizar e dizimar os povos que foram encontrando em diversas partes do mundo com seus projetos imperialistas de busca por novos territórios a fim de ampliar e expandir seu domínio. Logo,

A conquista do território na América portuguesa não foi absolutamente pacífica. As várias regiões do continente foram ocupadas após combates violentos contra os povos indígenas. Além da presença estrangeira constante e ameaçadora, as guerras tinham como alvo os índios hostis que, do século XVI ao XIX, desafiavam ou mesmo impediam a expansão das fronteiras portuguesas (Almeida, 2010, p. 45).

Assim, a participação dos povos indígenas na construção da educação escolar indígena perpassa, obrigatoriamente, pela construção de seus materiais didáticos-pedagógicos uma vez que não existe material didático específico e que respeite a diversidade cultural de cada povo indígena pelo Estado brasileiro, o que impõe à educação escolar indígena um enorme desafio onde os próprios professores precisam elaborar seus conteúdos, na maioria das vezes sem nenhuma instrução pedagógica específica o que representa mais uma forma de resistência diante das inúmeras violações que já foram e ainda são conferidas a esses povos.

Os indígenas sempre tiveram seus cantos, mitos, histórias, lendas, na maioria das vezes repassadas e mantidas por meio da oralidade, dessa maneira se conservaram os costumes, as tradições e as diversas ancestralidades que devem ser exaltadas na literatura e poesia indígena. É nesse sentido que se assinala Graça Graúna (2013) quando afirma que "A questão do lugar e da identidade na literatura indígena não está dissociada da noção de deslocamento" (Graúna, 2013, p. 56).

Quando se compara a literatura indígena dos povos indígenas do Brasil com a produção não indígena, fica evidente que os aspectos relacionados à identidade, auto-história, a relação com a natureza, rituais e mitologia estão deslocados numa perspectiva em que todo esse conteúdo é colocado num patamar de inferioridade, no entanto é possível perceber que toda essa produção literatura indígena envolve conteúdos de diversas áreas do conhecimento.

Desse modo, segundo Testa e Albuquerque (2021), existe uma afirmação que pode ser percebida nos poemas Apinayé, por exemplo, como o reconhecimento dessa literatura indígena e propriedade intelectual. Bem como o lugar de fala em perspectiva aos acontecimentos históricos de séculos colocados e debatidos em textos "próprios" e, finalmente, em língua materna.

Graúna (2013) que tem estudado e teorizado sobre a literatura indígena ressalta que:

[...] a literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (Graúna, 2013, p. 15).

Quando se trata da ancestralidade – como não indígena pensa-se apenas na transmissão dos saberes tradicionais com um foco minimalista e superficial – o indígena nos confere uma contribuição muito bem articulada sobre o modo de entender a vida e o mundo, onde esses elementos transmitem saberes e conhecimentos importantes, além da manutenção cultural que é reforçada por meio dos poemas que retratam sua cultura, seus rituais e sua mitologia que são repassados de gerações e gerações. Assim, a literatura indígena é um mecanismo de perpetuação da ancestralidade de esses povos que leva a preservação cultural.

Por isso, é importante a afirmação de uma "pedagogia da diferença", na qual a literatura e outras artes indígenas podem oferecer/contribuir muito tanto para a educação escolar indígena quanto para a não indígena quando se pensa na transversalidade desses conhecimentos.

Enquanto profissionais da educação, busca-se muito a veracidade das informações e dos contextos dos fatos trabalhados na sala de aula e, indiscutivelmente, as produções literárias são capazes disso, ainda que sejam por meio do lúdico o que pode contribuir para o desenvolvimento de um pensamento crítico do aluno indígena. Nesse sentido, cabe ainda ressaltar que as produções em língua materna tornam o conteúdo ainda mais acessível aos povos indígenas com o reforço e manutenção da língua além das questões culturais, com a mobilização de diversas perspectivas metodológicas que podem levar a educação escolar indígena a uma situação de equidade em relação à educação conferida aos não indígenas.

Implica, portanto, reforçar que esse tipo de material literário serve de apoio pedagógico para as escolas indígenas e não indígenas, as quais terão a oportunidade de conhecer um outro lado poético que vai além dos impostos pelo eurocentrismo.

Além disso, a literatura indígena é produzida pelos próprios indígenas que ao participarem dessa construção retratam o pluralismo cultural dos diversos povos indígenas existentes. Dessa forma, a produção desse material, de acordo com Testa e Albuquerque (2021), traz a oportunidade de fazer emergir "eventos" relacionados aos saberes ancestrais, das memórias do povo, das vivências dele, a partir de uma construção bilíngue Apinayé/português ou apenas em língua Apinayé.

O desenvolvimento linguístico e intelectual, tanto da humanidade quanto do indivíduo, caminha juntos e o aprendizado da língua reflete a cultura do povo que a domina. No entanto, um dos aspectos mais persistentes e complicados é a questão da barreira linguística onde o preconceito está presente diante das línguas minoritárias quando comparadas as línguas de prestígio.

Nesse sentido, sabendo que a língua é o principal elemento cultural que compõe a identidade de um povo, ela consegue representar tudo o que a cultura possui. Assim é possível entender a língua como principal meio de transmissão cultural. Por isso, a sociedade envolvente insiste em estabelecer barreiras, que vão desde as sociais,

políticas, educacionais e, principalmente, barreira linguística como estratégia de uma perpetuação da dominação e da submissão desses povos.

DISCUSSÃO

Apesar da alfabetização em língua portuguesa – após a primeira etapa do ensino fundamental – apresentar uma ressignificação da cultura indígena em detrimento da colonização, ela é também importante uma vez que contribui para a comunicação e ampliação do acesso à cidadania e aos códigos sociais pelos indígenas junto à sociedade dominante. Desse modo, unem-se mecanismos de integração educativos, em favor das relações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, podemos citar regulamentações como a Constituição Federal, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1993) e Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (1998) além de outros, todos com intuito de abarcar as particularidades do ensino escolar indígena como elemento capaz de conferir aos indígenas habilidades e competências de ser, estar e enfrentar o mundo adverso que os envolvem e com o qual são obrigados a conviver.

O contexto bilíngue contempla duas ou mais línguas que deve ser de conhecimento dos indígenas, sendo a primeira, a língua materna e, a segunda, o português; o contexto bidialético brasileiro em relação ao português e às línguas maternas é bastante amplo e complexo, uma vez que, existem mais de 266 povos indígenas atualmente com cerca de 180 línguas diferentes, conforme ensina Rodrigues (1986).

Maher (2007) apresenta três modelos utilizados na educação bilíngue: assimilacionista de submersão; assimilacionista de transição e enriquecimento linguístico. Este, tem sido o modelo adotado pelas escolas indígenas do Tocantins, as quais buscam condições sociais e econômicas para a manutenção do aluno indígena na escola e na universidade, ocupando um lugar que durante séculos foi reservado para os não indígenas. Especialmente nas universidades, os bancos universitários eram reservados para a elite não indígena, durante muitos anos e, só foi possível a entrada de índios, negros e quilombolas após o surgimento de uma política de cotas. No entanto, essa política ainda é vista de forma preconceituosa pela elite que insiste em não reconhecer direitos às populações minorizadas e vulneradas.

A inserção dos povos indígenas nas universidades implica e reflete uma educação inclusiva capaz de instaurar um diálogo realmente novo e aberto com as outras culturas que ainda não são plenamente aceitas e que sofrem preconceitos de todo tipo e espécie. É preciso repensar a educação e, para isso, as políticas educacionais que garantem o acesso universitário por meio de cotas às minorias, especialmente nos cursos de licenciaturas, pedagogias e cursos interculturais colaboram para reforçar uma educação escolar indígena que realmente atenda os anseios dos povos nativos brasileiros e outras populações que precisam e merecem estar nos espaços universitários.

Desse modo, a escola indígena é um instrumento que proporciona a revitalização dos saberes que estão na memória de poucos idosos. Sendo assim, ela também tem valor social que deve ser instrumento de valorização cultural, que respeite as culturas nativas, e que também promove a interação com a sociedade não indígena, no sentido de favorecer o uso da língua materna nas interações intragrupo e propiciar a aprendizagem do português como segunda língua para assegurar a equidade na interação entre os indígenas e os não indígenas.

A Educação Escolar Indígena é um direito e é caracterizada pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas, pela vital associação entre escola/sociedade/identidade, e em consonância com os projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena. A Educação Indígena deve ser protagonizada pelos próprios povos, levando-se em consideração suas especificidades e particularidades (Krahô, 2017, p. 58).

É necessário estabelecer um diálogo entre as diferentes culturas sem hierarquização, promovendo, portanto, uma educação intercultural, uma vez que, a escola indígena necessita de meios e mecanismos que possibilitem uma contribuição efetiva para a realização dos objetivos escolares.

Assim, busca-se um caminho para o reconhecimento das diferenças culturais existentes e da importância de gerar modelos educativos e práticas pedagógicas que possam satisfazer as necessidades básicas de educação escolar indígena bilíngue e intercultural na perspectiva de fortalecer e manter vivas as línguas e as culturas dos diversos povos que ainda primam pela manutenção de suas tradições e lutam constantemente para preservação cultural e linguística.

REFLEXÕES FINAIS

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE: DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO EM LÍNGUA MATERNA. Francisca Martim CAVALCANTE; Danielle Mastelari LEVORATO; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 – MÊS DE JULHO- Ed. 52. VOL. 01. Págs. 35-50. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

Apesar do intenso convívio com a sociedade envolvente, os povos indígenas continuam lutando para manter vivas suas línguas maternas, culturas e saberes tradicionais como forma de fortalecimento da política linguística e cultural dos diversos povos.

Como parte das reflexões realizadas, destacamos a necessidade da produção de material didático em língua indígena, especialmente para ser utilizado nas escolas indígenas. Acreditamos que isso possa ser um instrumento valioso para os alunos, uma vez que, diferentemente da língua portuguesa, as palavras indígenas que estão em desuso não são substituídas por sinônimos, mas sim por lexemas que geralmente pertencem à segunda língua, em forma de empréstimo.

Com relação à criação/produção e ao uso da literatura indígena em forma de poesia, em língua indígena, espera-se que possa ser mais um elemento pedagógico e de apoio aos professores indígenas, que realizam um trabalho diário de afirmação e transmissão de conhecimentos e princípios de vida em língua materna aos alunos.

Diante disso, professores indígenas, não indígenas, alunos, pesquisadores da área e demais interessados poderão utilizar-se dessa fonte literária, tanto para desenvolvimento de trabalho de manutenção e preservação linguística como de revitalização da língua, além de promoverem a pesquisa bilíngue, intercultural e diferenciada.

Portanto, o trabalho evidenciou como a produção literária indígena bilíngue, mormente poética, pode ser um apoio aos docentes das escolas indígenas para o registro e manutenção da língua materna. Avançou também em relação à reflexão sobre a produção de material didático que atualmente é de responsabilidade dos próprios docentes sendo necessário uma política específica neste aspecto, onde cada povo seja contemplado e tenha o seu material didático específico, diferenciado e bilíngue, mas que retrate e valorize sua língua materna, sua cultura e sua ancestralidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta Virgínia de Araújo Batista. **Situação Sociolinguística dos Krahô de Manoel Alves e Pedra Branca**: uma contribuição para a educação escolar – (Dissertação). Araguaína:2012.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE: DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO EM LÍNGUA MATERNA. Francisca Martim CAVALCANTE; Danielle Mastelari LEVORATO; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 – MÊS DE JULHO- Ed. 52. VOL. 01. Págs. 35-50. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges (Org.) **Dicionário Escolar Apinayé**. Belo Horizonte: FALE/UFMG: Núcleo Transdisciplinar de Pesquisas Literaterras, 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010. 168p.

ALMEIDA, Severina Alves de. **A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural: Um Estudo Sociolinguístico das Aldeias São José e Mariazinha**. Araguaína: [s.n], 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios**. 7 ed. rev. Madrid: Paraninfo, 1991

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

KRAHÔ, Hilário. (2011). Educação indígena e educação escolar indígena e suas diferenças (informação verbal). In: **I Seminário Bem Viver Indígena: "O Bem Viver por uma educação libertadora"**. 2011. Faculdade Católica Dom Orione, Araguaína/Tocantins, 2011

KRAHÔ, Renato Yahé. **Proposta do projeto político pedagógico da Escola Estadual Indígena 19 de Abril**. 2017. 110f. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2017.

MAHER, T.M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. IN: CAVALCANTI, M.C.; BORTONI-RICARDO, S.M. **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007. p. 66-94.

MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – **ReVEL**. V. 3, n. 5, agosto de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

MESQUITA, R. **Empréstimos Linguísticos do Português em XerenteAkwe**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. In: **Cadernos de Educação Básica, Série Institucional**. V 2, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. MEC/SEF, Brasília, 1998.

RODRIGUES, Aryon. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo, Loyola. 1986.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE: DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO EM LÍNGUA MATERNA. Francisca Martim CAVALCANTE; Danielle Mastelari LEVORATO; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 – MÊS DE JULHO- Ed. 52. VOL. 01. Págs. 35-50. <http://revistas.faculadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculadefacit.edu.br.

_____. As línguas indígenas e a Constituinte. In: Orlandi, Eni: **Política Linguística na América Latina**, p.105-109. Pontes Editora. Campinas. 1988.

SEDUC-TO, **Secretaria Estadual de Educação do Tocantins**, Sistema de gerenciamento escolar (SGE), Palmas, 2018.

TESTA, Eliane Cristina, ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Poesia Apinayé/Português: Contribuições para a Literatura Indígena. **JNT-Facit Business And Technology Journal** - ISSN:2526-4281 QUALIS B1. Fevereiro 2021 - Ed. Nº 23. Vol. 1. Págs. 36-55.

TESTA, E. C., ALBUQUERQUE, F. E., APINAJÉ, K. R. **Poesia indígena: etnopoesia apinayé**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.